

José Cesário foi a França e à Suíça avaliar apoios a portugueses com dificuldades

O secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Cesário, que esteve dois dias na Suíça, em contacto com a comunidade, registou que "o número de casos mais delicados" de portugueses naquele país "tem vindo a diminuir".

Nos últimos meses foram notícia casos de portugueses recém-chegados à Suíça, à procura de emprego, e que se viram obrigados a pedir ajuda a instituições, a dormir nos automóveis em que viajavam, ou mesmo na rua, em casos mais extremos.

"O número de casos delicados de que vamos tendo relato tem vindo a diminuir", disse à agência Lusa.

Para o secretário de Estado, que ouviu sobre este assunto responsáveis das Missões Católicas e de associações portuguesas na Suíça, esta tendência pode significar que "as pessoas hoje procuram precaver-se um pouco mais" antes de saírem de Portugal. Ainda assim, assinalou, a comunidade portuguesa naquele país enfrenta alguns desafios em termos de integração, na reconversão profissional, nos casos de desemprego.

"As línguas locais são difíceis, e não é possível às pessoas terem acesso a determinado tipo de empregos se não dominarem o alemão. [Mas] a comunidade local está consciente disso, tem procurado mobilizar-se para ajudar os que mais precisam. E ficou o repto no sentido de poderem dinamizar-se mais ações, porventura com o nosso apoio", acrescentou.

No que respeita ao ensino da língua portuguesa, acrescentou, a comunidade emigrante na Suíça é "muito carente", afirmou José Cesário.

"O número de alunos que frequentam as nossas aulas de português – cerca de 15 mil – é muito elevado. Para a maioria daqueles jovens, mesmo os já nascidos na Suíça, o Português continua a ser a primeira língua", afirmou, considerando que, "para já", a actual oferta de ensino "deve-

rá ser suficiente".

Contudo, disse ainda, "há aspectos que é preciso mudar e melhorar", nomeadamente na "relação das escolas com os professores locais", porque "continua a haver queixas relativamente a aulas que não são dadas, a atrasos, e à falta de ligação com a comissão de pais".

José Cesário disse também que o funcionamento do consulado, "que era problemático", está agora "completamente regularizado". As pessoas, acrescentou, estão "muito mais satisfeitas com o atendimento".

De acordo com as autoridades suíças, vivem 210 mil portugueses naquele país. O secretário de Estado admite que o número real da comunidade ultrapasse os 250 mil.

APOIO DA IGREJA

A Igreja está a incentivar os portugueses residentes no estrangeiro a receberem e apoiarem os novos emigrantes, de forma a suavizar os impactos da emigração para os vários países, que já atinge valores comparáveis aos anos 60, disse à Lusa, em setembro, frei Francisco Sales Diniz, o director da Obra Católica Portuguesa das Migrações.

"Neste momento, estamos a tentar desenvolver uma mentalidade por causa desta nova leva de emigração e que está a começar na Suíça, com a criação, a partir das missões, de uma espécie de famílias de acolhimento para os novos emigrantes", referiu.

Sales Diniz afirmou que as missões da Obra Católica nas várias comunidades têm recebido pedidos de ajuda de portugueses em dificuldades, mas que não querem regressar a Portugal devido a "uma certa vergonha por terem falhado" um projecto de vida no país de acolhimento.

A maioria dos emigrantes continua a escolher a Suíça, França e Alemanha, mas muitos estão a optar por Brasil e Angola. Alguns optam pelo

Luxemburgo, apesar de este país já estar "bastante saturado", disse.

"MUITO IMPORTANTE" QUE HAJA ASSOCIAÇÕES QUE INTEGREM PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

– José Cesário

O secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Cesário, considerou sexta-feira, em Paris, que é "muito importante" que haja associações portuguesas no estrangeiro "capazes de garantir a integração" da comunidade.

"É muito importante termos associações que são capazes de garantir a integração dos portugueses no estrangeiro, e uma integração que preserve a cultura portuguesa", afirmou José Cesário, na abertura das comemorações do 40.º aniversário da Associação de Cultura Portuguesa de Aulnay-sous-Bois, nos arredores da capital francesa.

O secretário de Estado sublinhou que esta é uma cidade com uma importante comunidade portuguesa, onde "mais de 100 empresas são de emigrantes portugueses".

Esta associação, lembrou também, "é uma das mais antigas desta cidade". O seu trabalho, considerou, "dignifica Portugal e a comunidade portuguesa em França".

O presidente da Câmara de Aulnay-sous-Bois, Gérard Ségura, afirmou que este aniversário "quer dizer que a comunidade portuguesa nesta cidade tem uma longa história de trocas, de parcerias, de amizade com França". A projecção do premiado filme "Tabu", do realizador Miguel Gomes, seguiu-se aos discursos. O evento encerrou com um debate, no qual participou o sociólogo francês Jacques Lemièrre, especialista do cinema português.

O secretário de Estado José Cesário regressou ontem a Portugal.

Saúde para todos mas com despesa limitada

O ministro português da Saúde, Paulo Macedo, disse ontem, em Vila Nova de Poaires, que os portugueses podem contar com uma saúde acessível a todos e de qualidade, mas com limites na despesa.

O governante salientou que a despesa na saúde não é "ilimitada" e é necessário cortar no desperdício, racionalizar e rentabilizar os investimentos realizados e fazer mais com os "recursos que temos".

"A saúde tem de ser um sector sustentável, agora e para futuro, temos de uma vez por todas minimizar e até mesmo acabar com fraude e, assim, poupar muitos milhões de euros", disse Paulo Macedo, na sessão solene do feriado municipal de Vila Nova de Poaires.

Aos jornalistas, o ministro não quis adiantar a percentagem de cortes financeiros que o setor da saúde irá sofrer no âmbito da reforma do Estado, que se encontra em discussão depois de conhecido o relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Sobre o documento, Paulo Macedo voltou a referir que existem aspectos que merecem ser analisados e discutidos, mas outros que não serão "simplesmente aplicados".

Editorial

Viver 2013 com esperança

Com a economia globalizada a marcar, cada vez mais, o ritmo de vida e os seus índices a condicionarem a política dos Estados, 2013 nasce com uma pesada herança - a de uma crise financeira originada pela acumulação de dívidas do passado e de uma recessão económica a nível mundial. Tudo indica que vai ser, a nível dos países e das famílias, um ano muito difícil, a requerer elevada disciplina orçamental, muita austeridade e grandes sacrifícios. Disso não existe a menor dúvida.

Até agora, todas as previsões vão no sentido de que no novo ano se viverá, a nível institucional, a continuação das negociações registadas nos últimos meses de 2012. No terreno da vida real, as situações de falência ou pré-falência sucedem-se diariamente e quase todos os Estados, incluindo os mais desenvolvidos, têm assumido intervenções de ordem financeira e fiscal para evitarem grandes rupturas e consequências sociais imprevisíveis, risco que só pode ser eliminado quando liberais e socialistas chegarem a um consenso na definição das competências do Estado Social e quantificarem os seus apoios, nomeadamente na educação, na saúde e nas regalias sociais.

Quando aos Estados emergentes, assiste-se a um abrandamento dos seus índices de desenvolvimento económico derivado da retração das importações por parte dos países desenvolvidos, principalmente de matérias-primas.

Os níveis de pobreza são já assustadores e, agora, o grande desafio político nos países em crise vai ser travar e inverter rapidamente a acelerada tendência do desemprego em larga escala, problema criado por uma acentuada quebra do consumo interno, reflectido pelo declínio das encomendas à indústria e dos índices de vendas em todos os sectores comerciais, a par de uma enorme falta de liquidez na tesouraria das empresas, obrigadas a procederem a reestruturações que passam pelo despedimento de pessoal, e também por uma queda de confiança de muitos consumidores, que entraram em regime de poupança porque não sabem o que o futuro lhes reserva.

Mas a queda da produção por falta de consumo não se resume ao mercado interno de cada país em crise, pois recebe também um agravamento acrescido na área das exportações, devido a quebras drásticas nas habituais encomendas dos países parceiros comerciais a viverem, também eles, esta onda de recessão.

Quanto tempo vai durar a crise? Ninguém sabe. Mas transformar a crise num muro de lamentações também não resolve o problema.

A nível individual, é preciso que todos ajudem a desatar este nó e para isso é necessário que cada um se entregue, com solidariedade e a maior diligência possível, à missão social que lhe incumbe, criando trabalho, por mais pequena que seja a tarefa, a fim de diminuir a legião dos pobres. A nível colectivo, remeto a reflexão dos leitores para a mensagem do Papa Bento XVI, por ocasião da celebração do Dia Mundial da Paz, que ocorreu no passado dia 1 de Janeiro.

"O obreiro da paz - afirma o Papa - deve ter presente que as ideologias do liberalismo radical e da tecnocracia insinuam, numa percentagem cada vez maior da opinião pública, a convicção de que o crescimento económico se deve conseguir mesmo à custa da erosão da função social do Estado e das redes de solidariedade da sociedade civil, bem como dos direitos e deveres sociais. Ora, há que considerar que estes direitos e deveres são fundamentais para a plena realização de outros, a começar pelos direitos civis e políticos.

E, entre os direitos e deveres sociais actualmente mais ameaçados, conta-se o direito ao trabalho. Isto é devido ao facto, que se verifica cada vez mais, de o trabalho e o justo reconhecimento do estatuto jurídico dos trabalhadores não serem adequadamente valorizados, porque o crescimento económico dependeria sobretudo da liberdade total dos mercados. Assim, o trabalho é considerado uma variável dependente dos mecanismos económicos e financeiros.

A propósito disto, volto a afirmar que não só a dignidade do homem mas também razões económicas, sociais e políticas exigem que se continue «a perseguir como prioritário o objectivo do acesso ao trabalho para todos, ou da sua manutenção».

Para se realizar este ambicioso objectivo, é condição preliminar uma renovada apreciação do trabalho, fundada em princípios éticos e valores espí-

rituais, que revigore a sua concepção como bem fundamental para a pessoa, a família, a sociedade. A um tal bem corresponde um dever e um direito, que exigem novas e ousadas políticas de trabalho para todos".

Para Bento XVI, o bem da paz só pode ser construído através de um novo modelo de desenvolvimento e de economia.

"De vários lados se reconhece que, hoje, é necessário um novo modelo de desenvolvimento e também uma nova visão da economia. Quer um desenvolvimento integral, solidário e sustentável, quer o bem comum exigem uma justa escala de bens-valores, que é possível estruturar tendo Deus como referência suprema. Não basta ter à nossa disposição muitos meios e muitas oportunidades de escolha, mesmo apreciáveis; é que tanto os inúmeros bens em função do desenvolvimento como as oportunidades de escolha devem ser empregues de acordo com a perspectiva de uma vida boa, de uma conduta recta, que reconheça o primado da dimensão espiritual e o apelo à realização do bem comum. Caso contrário, perdem a sua justa valência, acabando por erguer novos ídolos".

E o Sumo Pontífice acrescenta que "para sair da crise financeira e económica actual, que provoca um aumento das desigualdades, são necessárias pessoas, grupos, instituições que promovam a vida, favorecendo a criatividade humana para fazer da própria crise uma ocasião de discernimento e de um novo modelo económico.

O modelo que prevaleceu nas últimas décadas apostava na busca da maximização do lucro e do consumo, numa óptica individualista e egoísta que pretendia avaliar as pessoas apenas pela sua capacidade de dar resposta às exigências da competitividade. Olhando de outra perspectiva, porém, o sucesso verdadeiro e duradouro pode ser obtido com a dádiva de si mesmo, dos seus dotes intelectuais, da própria capacidade de iniciativa, já que o desenvolvimento económico suportável, isto é, autenticamente humano tem necessidade do princípio da gratuidade como expressão de fraternidade e da lógica do dom.

Concretamente na actividade económica, o obreiro da paz aparece como aquele que cria relações de lealdade e reciprocidade com os colaboradores e os colegas, com os clientes e os usuários. Ele exerce a actividade económica para o bem comum, vive o seu compromisso como algo que ultrapassa o interesse próprio, beneficiando as gerações presentes e futuras. Deste modo sente-se a trabalhar não só para si mesmo, mas também para dar aos outros um futuro e um trabalho dignos.

No âmbito económico, são necessárias – especialmente por parte dos Estados – políticas de desenvolvimento industrial e agrícola que tenham a peito o progresso social e a universalização de um Estado de direito e democrático.

Fundamental e imprescindível é também a estruturação ética dos mercados monetário, financeiro e comercial; devem ser estabilizados e melhor coordenados e controlados, de modo que não causem dano aos mais pobres.

A solicitude dos diversos obreiros da paz deve ainda concentrar-se – com mais determinação do que tem sido feito até agora – na consideração da crise alimentar, muito mais grave do que a financeira. O tema da segurança das provisões alimentares voltou a ser central na agenda política internacional, por causa de crises relacionadas, para além do mais, com as bruscas oscilações do preço das matérias-primas agrícolas, com comportamentos irresponsáveis por parte de certos agentes económicos e com um controlo insuficiente por parte dos Governos e da comunidade internacional.

Para enfrentar semelhante crise, os obreiros da paz são chamados a trabalhar juntos em espírito de solidariedade, desde o nível local até ao internacional, com o objectivo de colocar os agricultores, especialmente nas pequenas realidades rurais, em condições de poderem realizar a sua actividade de modo digno e sustentável dos pontos de vista social, ambiental e económico".

Hoje, a esperança está em resistir a mais esta crise e no rápido regresso de uma confiança que volte a gerar o crescimento económico e com ele se alancem novos empreendimentos geradores de emprego.

Haja esperança que no decurso de 2013 surjam sinais concretos de um futuro melhor.

R. VARELA AFONSO

O SÉCULO

de Joanesburgo

SEMANÁRIO FUNDADO EM 1963
PELO COMENDADOR ANTÓNIO BRAZ

Corner Northern Parkway & Rouillard Street
Ormonde - Johannesburg
Telefones: (011) 496-1650 * (011) 496-2544
(011) 496-2546 - Telefax: (011) 496-1810
P.O.Box 2309 - Johannesburg 2000

14 DE JANEIRO DE 2013
ANO L

CHEFES DE REDACÇÃO
ASSUNÇÃO DE ALMEIDA
F. EDUARDO OUANA
COORDENADOR DO SUPLEMENTO DESPORTIVO
ALFREDO CURADO
PUBLICIDADE - JÚLIO MASCARENHAS

SERVIÇO NOTICIOSO: AGÊNCIA LUSA

REPRESENTAÇÕES:

LISBOA - Av. Barbosa do Bocage, 85-5º

1050 Lisboa, Portugal - Tel. 21 791-0491 - Fax. 217 959 529

PRETÓRIA - J. Vicente Dias - Tel. (012) 543-2228

* Fax (012) 567-4827 * Cel. 082 414 6780

CABO - Amadeu Seca - Tel. e Fax. (021) 424-3538 * Cel. 082 357 2272

Em toda a África do Sul R5.00 (preço com VAT incluído)

SUAZILÂNDIA, BOTSWANA e LESOTHO: R6.00 * NAMÍBIA: R7.00

PORTUGAL e Regiões Autónomas da Madeira e Açores: 1.25

Printed by Século Triweb Printers (Pty) Ltd.



9 771812 548004 >